

PROCESSOS CRIATIVOS? O CAMPO LINGÜÍSTICO-LITERÁRIO E O PERFIL DO DOUTOR EM CRÍTICA CULTURAL

Juliene Cristian Silva Pinto¹

Nunca foi mais verdadeira a palavra de Nietzsche de que os grandes acontecimentos chegam sobre patas de pombos.

(BENVENISTE, 1976, p. 49)

*Resumo*²: Em 1963, nas comemorações do cinquentenário da morte de Ferdinand de Saussure, pela Universidade de Genebra, o francês Émile Benveniste fazia o elogio da sua breve passagem pela vida, cujo espírito de iniciativa transformou a ciência da linguagem. A seu ver, não existe um linguista que não lhe deva algo, e todas as teorias gerais o mencionam. Logo, se a descoberta do signo linguístico e a análise de uma série de dicotomias foram retomadas pelos seus alunos, à luz da obra póstuma *Cours de Linguistique Générale* (1916), e o estruturalismo se responsabilizou por transferir o conjunto de conceitos linguísticos para boa parte dos domínios das ciências humanas e sociais, a pergunta então é essa: qual aparato científico o (a) Doutor(a) em Crítica Cultural poderá acionar a fim de realizar um trabalho transgressor situado no campo linguístico-literário? A favor do esclarecimento da questão, esta análise trata do acontecimento da descoberta do signo linguístico e sua reverberação pelas ciências humanas, a partir de perspectivas comparadas entre os textos da referência obrigatória de seleção para o Doutorado em Crítica Cultural (2019-2020), a saber, Benveniste (1976), Barthes (2002), Agamben (2007; 2015), Derrida (2014), Han (2015), Mbembe (2018) e Santos (2019), buscando mapear signos linguístico-literários neles impregnados,

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida. Desenvolve estudo sobre a política de extermínio indígena no Brasil e sua correlação com a questão indígena nos Estados Unidos da América, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Orientador: Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos. Endereço eletrônico: juuchristian@hotmail.com.

² Este resumo recebeu alterações para melhor adequar-se ao arcabouço do texto.

como consequência, tecer contribuições ao acervo teórico do campo linguístico-literário.

Palavras-Chave: Processos criativos. Campo linguístico-literário. Crítica Cultural.

INTRODUÇÃO

Um egresso de quaisquer Curso de Letras, no Brasil, que precisa decidir entre a linguística e a literatura, para dar prosseguimento aos estudos, está diante de uma escolha peculiar. Na graduação, ele poderia ter sido, razoavelmente, produtivo em gramática, semântica, fonologia, morfologia, análise do discurso, entre outros procedimentos linguísticos, devido à dedicação no vernáculo brasileiro, senão numa língua estrangeira moderna. Ou, talvez, tenha se empenhado no estudo da literatura clássica, moderna, contemporânea, oral; simpatizado com a teoria literária, a análise de narrativas, a comparação de textos, etc. Isto o tornou, em certo sentido, criativo.

Quanto a última informação, eis um clichê exposto, e, não é preciso grandes esforços para fazer com que passe pelos filtros mentais. Bastaria lembrar-se como pensam as mentes menos brilhantes, de que estudar literatura torna qualquer um nefelibata, ou seja, tira os pés da realidade. Não é o que se diz? Mas, é possível que esse tipo de generalização sirva apenas como meio de pregar uma peça nos desatentos. Há vários modos de desmontar essa crença; o mais assíduo, entretanto, é pela via da leitura literária buscando detectar como a literatura reflete sobre a sociedade, a religião, a saúde, os sentimentos, a moral, a política, as grandes revoluções, a barbárie, entre outros temas universais, em seus âmbitos crítico, historiográfico e teórico. Pode-se defender que o trabalho literário leva o pesquisador a lidar com as impressões da realidade, e isto exige o rigor do método escolhido que resulta numa pesquisa tão séria quanto as produções eficazes do campo linguístico.

Suponhamos que o Mestrado em Crítica Cultural³, inserido na área de Letras, seja a melhor opção para este pesquisador, com os dois pés, realço, fincados na linguística ou na literatura. Caso alcance aprovação na seleção, encontrará a desejável abertura para dupla articulação dos dois campos. Desse ponto de vista, se ele teve desenvoltura na graduação, essa experiência terá servido como ponto de partida para o estudo da fruição das relações intersemióticas entre os campos distintos. Seria indispensável ter esse direcionamento, mesmo, se a preferência fosse em dar continuidade ao estudo anterior.

Agora, o desafio será escolher ou permanecer com um objeto marginalizado, vilipendiado pelos sistemas de exclusão colonial e prisional, pela luta de classes e demais formas de silenciamento e aniquilamento do ser, desde a fundação dos Estados modernos. Visto que a pesquisa não deve limitar-se apenas ao passado, e precisa responder às exigências de uma das linhas de investigação do Programa, é necessário um viés investigativo o mais contemporâneo possível como, por exemplo, a causa-condição de lavadeiras, hippies, indígenas, LGBTQSI+, inclusive, políticas públicas para os não-garantidos, numa lista não exaustiva. Assim, por tratar-se de um objeto múltiplo, a teoria e a metodologia acionadas devem proceder da multiplicidade sorvida da própria interdisciplinaridade dos campos. É muita matemática para não apenas denunciar a representação, mas, trazer à cena “o que é o que é” o sujeito da pesquisa, ao invés de focar na pura representação. Alimentar o espírito político que se baseia no questionamento sobre tudo que o oprime e o discrimina, condenando-o ao silêncio.

Certamente, para um egresso de Letras, isso se torna mais encorajador do que o inverso. Já outros profissionais, sobretudo, aqueles que se inserem na área das ciências exatas, devem aceitar o desafio de extrapolar os muros do seu próprio campo, a partir da experimentação de teorias diversas, pensando em descrever bem — como foi assinalado —

³ Refere-se ao Curso de Pós-Graduação stricto sensu em Crítica Cultural, Programa instalado há 10 anos, com quase 200 mestres formados, e recente aprovação do Curso de Doutorado (agosto de 2019).

um objeto recalcado pelo sistema opressor. Superada a rivalidade, o futuro Mestre em Crítica Cultural terá ganho as ferramentas certas para contribuir de maneira significativa em sua área de investigação, prestar-se a abrir novas fontes de pesquisas, por meio de projetos de extensão, consolidação de linhas de pesquisa e Iniciação Científica.

Por último, se ele optar pelo Doutorado em Crítica Cultural, como não repetir os feitos do Mestrado nos quatro anos de doutoramento? Esse problema assume um nível complexo de solução. Conforme o que se busca esclarecer por meio desse Seminários Avançados I, é necessário fazer a arqueologia do signo sobre o objeto. Parece algo difícil de orquestrar, a não ser que se comece a fazer o estudo dos princípios críticos da área de pesquisa e como a língua e a literatura dialogam com ela. Nesse aspecto, o (a) doutorando (a) precisa de um projeto de tese concatenado com o estudo do conceito de arqueologia do signo e a retomada dos efeitos da descoberta do signo nas ciências humanas e sociais, canalizado em suas viradas críticas. No final do Curso, ao invés de apenas inventar uma teoria original sobre o seu objeto, o (a) Doutor (a) irá descobrir uma nova língua em torno da questão estudada, sem perder de vista a realização de um trabalho transgressor situado no campo linguístico-literário.

Ciente disso, este texto busca tratar do campo linguístico-literário, a partir da construção de perspectivas comparadas da referência obrigatória de seleção para o Doutorado (2019-2020), destacando conceitos e reflexões que estão no domínio de Benveniste (1976), Barthes (2002), Agamben (2007; 2015), Derrida (2014), Han (2015), Mbembe (2018) e Santos (2019), em nome de um movimento teórico-metodológico que reivindica o perfil do (a) Doutor(a) em Crítica Cultural.

O LEGADO DE SAUSSURE

No capítulo, intitulado “Saussure após meio século”, parte da obra *Problemas de Linguística Geral* (1976), Émile Benveniste revisita o legado teórico do linguista genebrino Ferdinand de Saussure (1857-1913),

perseguindo as contribuições dadas à linguística do seu tempo, de modo a vislumbrar suas reverberações para a contemporaneidade, sem, no entanto, abarcar todas as consequências. Segundo sua análise, a ciência da linguagem foi transformada, paulatinamente, por causa dele, visto que, sendo o professor da Universidade de Genebra, na Suíça, com trabalhos individuais e aulas ministradas, foi capaz de promover uma revisão radical na linguística moderna.

Esta, passou, então, a apresentar características de *status* científico, depois de ter definido o seu objeto e estabelecido um método próprio, “mostrando ao linguista o que ele fazia sem saber” (COSTA, 2014, p. 89). É importante frisar que, antes dessa revolução se estabelecer, mais especificamente, a linguística não tinha alçado de autonomia, isto é, submetia-se às exigências de outros campos do conhecimento, tais como a lógica, a filosofia, a retórica, a história ou a crítica literária. No entanto, veremos que o mesmo mestre capaz de intervir na ordem das coisas, estava condenado a permanecer aberto aos impactos de seus feitos no plano psicológico. Sem poder sair dessa dificuldade, ele vai manter-se destemido no plano intelectual.

O drama

Quem estuda o legado de Saussure sabe que quanto mais ele avançava, em seus estudos e indagações didáticas, mais desacreditava do que era ensinado a respeito da linguagem, a ponto de lhe sobrevir o que Benveniste (1976) denominou de “drama do pensamento”. A presença marcante desse estado emocional influenciou diretamente na abstinência de publicar os fundamentos de sua teoria:

Saussure afastava-se da sua época na mesma medida em que se tornava pouco a pouco senhor da sua própria verdade, pois essa verdade o fazia rejeitar tudo o que então se ensinava a respeito da linguagem. Mas ao mesmo tempo em que hesitava diante dessa revisão radical que sentia necessária, não podia resolver-se a publicar a menor nota antes de haver assegurado, em primeiro lugar, os fundamentos da teoria (BENVENISTE, 1976, p. 40).

Se ele cogitou a publicação de um livro, no porvir, este nunca se consubstanciou, pela força de estar sozinho a caminho da enorme reforma necessária no campo linguístico, restando, portanto, aos seus colegas Albert Sechehaye e Charles Bally, com a colaboração de um dos seus alunos, Albert Riedlinger, a iniciativa de tornar público as anotações dos cadernos dos alunos. Apenas, após três anos de sua passagem para “o silêncio”, eles lançaram, em Paris e Lausanne, pelas editoras Payot e Rivages, o famoso *Cours de Linguistique Générale*⁴ (1916), com autoria atribuída a ele⁵, e título homônimo as aulas que ministrou durante três anos na Universidade de Genebra, de 1907 a 1911, para um auditório com poucos estudantes.

Construindo um raciocínio cuidadoso, Benveniste (1976) destaca a *Memoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, de 1878, obra pela qual Saussure consolidou sua entrada na ciência. Essa inserção teve lugar quando ele era um jovem estudante, com apenas 21 anos de idade, e, tem pouca visibilidade, à revelia de sua relevância incontestável. Do ponto de vista mercadológico, o texto é praticamente desconhecido por estudantes de Letras e até mesmo certos pesquisadores da Área. Para Agamben (2007), à luz dessa obra, o *enfant prodige* renovou os estudos de linguística indo-europeia ao estrear o procedimento de análise dos problemas relacionados à fonética e à morfologia, tomando, para isso, a gramática comparativa como palco dos embates epistemológicos.

Embora Saussure já tivesse publicado tal obra, no auge da sua juventude, Benveniste (1976) nos alerta que ele tinha quase parado de escrever nos anos que lecionou na Universidade, a não ser notas preparatórios para o curso. O drama vivenciado, manifestado no receio

⁴ Doravante CLG. Ressalta-se que, após um século, verifica-se o sucesso editorial da referida obra, com inúmeras edições e traduções.

⁵ No prefácio da edição de 1916, os organizadores, Sechehaye e Bally, comentam a surpresa de não terem encontrado notas manuscritas que correspondessem aos cadernos dos alunos, pelo qual deduziram a provável destruição dos rascunhos a medida em que Saussure esboçava o método de sua teoria. Essa informação, conforme o parecer de Agamben (2007), é importante para observar que ele excluía a possibilidade de publicar um livro.

por novas publicações, ao ver de Agamben (2007), impunha-lhe limites. O que era determinado pela dificuldade em fundar uma ciência da linguagem na tradição metafísica ocidental. Diante disso, ele refugiou-se durante trinta anos em um silêncio. No entanto, a “crise intelectual” não o impediu de trabalhar, com afinco, em prol do que acreditava. Ou ainda, a situação insolúvel serviu, apenas, para que cedo ou tarde a linguística fosse transformada.

A glória

Conhece-se, perfeitamente, que o linguista analisa os fatos sob a orientação de um quadro teórico específico. Dessa maneira, é provável que o mesmo fenômeno seja descrito e explicado distintivamente, a depender do referencial teórico escolhido pelo pesquisador. Como a linguagem envolve fatores diversos e complexos, a saber, “biológicos, físicos e psíquicos, individuais e sociais, históricos, estéticos, pragmáticos” (BENVENISTE, 1976, p. 35) que suscitam a interdisciplinaridade com outras ciências, entre elas a psicologia, a antropologia e a filosofia, inclusive, a investigação linguística, a linguagem não convém para objeto da linguística. Essa recusa parte da constatação de que não sabemos onde estaria a sua unidade.

Por esta razão, Saussure separou a linguagem em *langue* e *parole*. A primeira se refere à parte social, exterior ao indivíduo, que obedece às leis do contrato social estabelecido pelos membros de determinada sociedade. A fala, por sua vez, é um ato individual resultante das combinações feitas pelo falante, mediadas pelo código linguístico. Ao separar as duas dicotomias, Saussure tomou a língua como um sistema de signos a ser estudado por ele mesmo. Dito de outra maneira, independente de todo objeto exterior, e a elegeru como o “único e verdadeiro” objeto de estudo da linguística. Tal conclusão envolveu o estudo de outras dicotomias ou oposições binárias: sintagma/paradigma, forma/substância, significado/significante, sincronia/diacronia; as quais foram divulgados pelos editores do CLG.

Sobre a questão, Costa (2014) destaca a dificuldade encontrada pelos editores para recriar o curso, com base nas notas esparsas dos alunos e das poucas assinadas por de Saussure, que tiveram contato. Depois, após a publicação dos sucessivos *Cahiers de Ferdinand de Saussure*, de Robert Godel, a partir de 1941, o CLG começou a ser confrontado, em relação ao conjunto de anotações inéditas. Mais adiante, em 1996, os seus herdeiros encontraram algumas folhas com notas do curso, na *orangerie* da antiga residência da família, em Genebra, além de outros documentos e um texto inédito, nomeado *De la double essence du langage*, redigido em 1891, que pode ser considerado o manuscrito preparatório para o Curso de linguística geral ou um livro inconcluso sobre a linguística geral (Cf. BOUQUET, 2005, s/p).

Segundo os esclarecimentos de Pinheiro (2015), esse material foi doado à Biblioteca de Genebra, para integrar a estante de estudos sobre Saussure, e alcançou publicação, em 2002, pelas mãos de Simon Bouquet e Rudolf Engler, intitulado *Écrits de linguistique générale*. Nele, não há obrigação de concluir ou recriar os esboços de Saussure, como aconteceu ao CLG, mas mantê-lo coerente ao manuscrito original, conforme declarado pelos editores: “le texte établi respect au plus près le text du manuscrit, qui demeure celui d’un brouillon non d’un livre achevé”⁶ (BOUQUET; ENGLER, 2002, p. 14).

Esse leque de acontecimentos permitiu novas interpretações da teoria saussuriana, a revisão, e pelo menos duas oposições polêmicas: 1) os manuscritos refletem o legítimo pensamento de Saussure, e, portanto, o CLG não seria a síntese do seu pensamento; 2) os manuscritos necessitam da leitura preliminar da obra de 1916 para serem compreensivos, pelo seu caráter fragmentário. Essas lutas em torno da legitimidade do CLG fizeram circular as concepções saussurianas a ponto de alcançarem o devido reconhecimento. Sem elas, o estudo da língua como um sistema de signos e a análise do signo linguístico, em sua

⁶ “o texto organizado respeita, ao máximo possível, o texto do manuscrito, que continua sendo o de um rascunho e não o de um livro acabado” (Tradução autoral).

duplicidade significativa e significado, continuaria inerte e improdutivo, como foi por muito tempo (BENVENISTE, 1976, p. 46).

Com essa possibilidade, a força e a complexidade do legado de Saussure se faz sentir nas ciências humanas em geral, engendradas pela reverberação da descoberta do signo linguístico. O Programa estruturado de Pós-Graduação em Crítica Cultural, estendido ao departamento do Curso de Doutorado, serve-se, hoje, desse episódio para propor uma arqueologia do signo, enquanto acontecimento epistemológico da Área de Letras, circunscrito no campo linguístico-literário, dando, assim, espaço para o debate de seus ecos nas ciências humanas. Essa desejável interação guarda a não oposição das ciências às Letras, conduzido pelos inúmeros empréstimos, métodos e modelos.

Nessa direção, a próxima seção dedica energia em demonstrar o coabitar de signos linguístico e literários entre as ciências humanas, nos textos que fizeram parte da referência obrigatória da seleção para o Doutorado em Crítica Cultural (2019-2020), pelos quais é claro o extrapolar das fronteiras do campo de estudo em que o autor se afilia. Neste ponto, veremos aproximações, de maneira mais visível ou moderada, entre a linguística, a semiologia, a literatura e a filosofia. Não apenas isto, mas em que medida a descoberta do signo promoveu avanços no modo de se pensar sobre o objeto e o método de outras ciências.

SIGNOS LINGUÍSTICO-LITERÁRIOS ENTRE AS CIÊNCIAS HUMANAS

O legado deixado pelo mestre genebrino, como vimos, viceja as contribuições para a gramática comparada, e a reflexão filosófica sobre a natureza da linguagem, a partir da qual ele formulou o programa epistemológico para a linguística moderna. Portanto, assume o lugar de uma potência inigualável. Apesar da dificuldade inicial, no que diz respeito à recepção do CLG, por linguistas, sociólogos, antropólogos e filósofos,

entre outras áreas do conhecimento, o estruturalismo⁷, — teoria de análise linguística, herdeira das teorias saussurianas que se afirmou a partir de 1928 —, transferiu o conjunto de conceitos linguísticos, postos em circulação pelo CLG, para quase todos os domínios das ciências humanas e sociais, como modelo ideal de cientificidade.

Até aqui percebemos que um acontecimento, assim, relevante, serviu, não só para efetivar um tipo específico de revolução epistêmica, ao final do século 19, que lhe rendeu o reconhecimento de pai fundador da linguística moderna, mas a possibilidade de virada teórica e revisão do objeto e método das ciências humanas em geral, a partir do modelo eternizado nos seus ensinamentos e notas bibliográficas preciosos. Isso mostra, segundo escreveu Benveniste, que Saussure “cumpriu bem o seu destino” (1976, p. 49), e suas ideias brilharam além do que imaginado, como, se o legado póstumo, fosse sua segunda vida. Resignifica a visão contrária expressa por Antoine Meillet (1952, p. 183), — um dos seus discípulos —, de que, com sua morte, ele “não havia cumprido todo o seu destino”.

Literatura

A *Aula inaugural (Leçon)*, de Roland Barthes, pronunciada, em janeiro de 1977, por ocasião da posse como docente da cadeira de semiologia, no Collège de France, é conhecida por todos como produtora de novas maneiras para (re) pensar as práticas de leitura e de escritura, vislumbrando o ensino e a formação. Enquanto discorria sobre o poder, — objeto ideológico —, e o discurso do poder, ele constatou que a linguagem é o objeto supremo de inscrição do poder. A língua, então, por estar a seu serviço, autoriza a opressão, o seu próprio facismo e media as relações de alienação. Mas, se por um lado, não seja possível haver liberdade, a não ser fora da linguagem, por outro, esta não contém

⁷ Não obstante essa informação, a noção de “estrutura” esteve quase ausente na obra póstuma de Saussure.

interior, é um *lugar fechado*, pelo qual jamais se pode sair, a não ser pela via mística.

Essa designação implica a incontestável necessidade de trapacear com a língua como maneira de fazê-la escapar do poder, no *modus operandi* de uma *revolução permanente da linguagem*, chamada por ele, de literatura, ou indiferentemente escritura/texto. Assim, a autonomia libertária da literatura é permeada por forças oriundas, não substancialmente do posicionamento político do escritor, ou da pessoa que escreve, mas, sobretudo, pela prática de deslocamento que esse profissional desempenha sobre a língua. Tais forças são indicadas por Barthes a partir dos conceitos gregos *Matheses*, *Mimeses* e *Semiosis*.

Quando referiu-se ao primeiro, teceu o argumento de que *a literatura assume muitos saberes*, visto que outras disciplinas colaboram no momento literário. Talvez por isso, segundo sua visão, se todas as disciplinas fossem retiradas do ensino, não haveria problema algum, pois a literatura daria conta de preencher as lacunas e fechar os espaços abertos, devido às suas referências estarem ligadas aos outros domínios do conhecimento. Essa potência é ainda mais preservada por ela irradiar o espetacular *fulgor do real*, sem, no entanto, fixar nenhum saber. Isto é, preocupa-se em fazer com que eles girem.

Entretanto, convém destacar que, em “This strange institution called literature”, entrevista com Derek Attridge, publicada originalmente no volume *Acts of Literature* (1992), Jacques Derrida se opõe a Barthes. Ele se convence de que a literatura, como uma instituição ocidental recente — pouco mais de dois séculos —, é dissociada da verdade por causa de seu fundamento fictício. Talvez, por isso, para ele, a *realidade literária* deve ser recusada em prol do seu *acontecimento* ou *evento literário*. Mas, em compensação, ao tratar do descompromisso político, legal ou ético da literatura, aceita a ideia que isso lhe permite assumir a liberdade plena de dizer tudo, sem que a coisa seja julgada ou acusada. Não é por acaso que ele afirma a literatura ter a liberdade de poder dizer tudo e também transpor os interditos:

“O que é a literatura?”; a literatura como instituição histórica, com suas convenções, suas regras etc., mas também essa instituição da ficção que dá, em princípio, o poder de dizer tudo, de se liberar das regras, deslocando-as, e, desse modo, instituindo, inventando e também suspeitando da diferença tradicional entre natureza e instituição, natureza e lei convencional, natureza e história (DERRIDA, 2014, p. 51).

A prática de *tout dire* (lê-se dizer qualquer coisa ou tudo que se deseja), no espaço da escritura, sugere a absoluta desvinculação com a censura:

[...] O que chamamos de literatura pressupõe que seja dada licença ao escritor para dizer tudo o que queira ou tudo o que possa, permanecendo, ao mesmo tempo, protegido de toda censura, seja religiosa ou política (Idem, p. 52).

Deste ponto de vista, a literatura, conforme o conceito derridiano, pode ser considerada uma arma política poderosa, a rigor da libertação de todos os campos em que a lei se impõe, e extrapola também os seus limites enquanto instituição. Nessa esteira, sem declarar intenções totalizantes, Barthes afirma que ela sabe muito sobre os homens e algo das coisas, o suficiente para causar o *grande estrago da linguagem*, que corresponde à *linguagem-limite* ou seu *grau zero*. Uma vez que ela *encena a linguagem*, portanto, não apenas a utiliza secamente, produz uma *reflexividade infinita* por intermédio da enunciação, pela qual põe a frente *diferentes lugares de fala*.

Vejamos o que é dito a respeito:

O enunciado, objeto habitual da linguística, é dado como o produto de uma ausência do enunciador. A enunciação, por sua vez, expando o lugar e a energia do sujeito, quicá sua falta (que não é sua ausência), visa o próprio real da linguagem; ela reconhece que a língua é um imenso halo de implicações, de efeitos, de repercussões, de voltas, de rodeios, de redentes; ela assume o fazer ouvir um sujeito ao mesmo tempo insistente e insituável, desconhecido e no entanto reconhecido segundo uma

inquietante familiaridade: as palavras não são mais concebidas ilusoriamente como simples instrumentos, são lançadas como projeções, explosões, vibrações, maquinarias, sabores: a escritura faz do saber uma festa (BARTHES, 2002, p. 19).

Esse desempenho enunciativo pode ser pensado, de acordo com Derrida (2014), como a capacidade radical da literatura “abalar os limites da língua” (p. 92), a favor, supostamente, do seu signo de alteridade. Evandro Nascimento descreverá, no prefácio do referido texto, que, se para o filósofo, a literatura for ligada às democracias modernas, encena o desejo de justiça onde o direito é negado. Para além disso, ao tempo em que Barthes acredita na sabedoria literária sobre os homens, com Derrida é diferente. Ele constrói o raciocínio de que a literatura tem um duplo caráter de revelar o mundo aos homens, quando é estudada, mas nunca permite que o seu segredo seja esgotado ou conhecido de forma plena. Pelo contrário, um texto reconhece inúmeras interpretações.

Do horizonte mimético, explorado por Barthes, em sua *Aula*, deriva a segunda força da literatura que diz respeito a representação do real. A seu ver, diante dessa impossibilidade, e já que os homens não se conformam, os escritores demonstram o real ao invés de capturá-lo através da literatura. E é devido a esse desejo de contestação que a literatura existe. Com efeito, ela seria realista, por ter o real como objeto de desejo, e, simultaneamente, irrealista, pelo desejo de alcançar o real ser impossível de realizar. Para tanto, a pessoa que escreve deve buscar a *utopia da linguagem* que ilustra, exatamente, a liberdade de escrever em tantas linguagens quanto existirem desejos de subversão, na ação de *teimar* a fim de afirmar a resistência discursiva contra os grilhões da metafísica ocidental e do conhecimento castrador. Ademais, *deslocar* a escritura para onde sua força magnetizadora necessite denunciar, repudiar, desconstruir, etc. E, notadamente, ter a coragem de *abjurar* o que escreveu quando realçar a servidão ou, por exemplo, o lado branco da força.

Semiologia

A *Semiosis*, filiada à literatura, opera na zona do *teimar e deslocar-se* como uma tentativa de mantê-la num certo tipo de método de jogo. Segundo Barthes (2002, p. 27),

pode-se dizer que a terceira força da literatura, sua força propriamente semiótica, consiste em *jogar* com os signos em vez de destruí-los, em colocá-los numa maquinaria de linguagem cujos breques e travas de segurança arrebentaram, em suma, em instituir no próprio seio da linguagem servil uma verdadeira heteronímia das coisas.

Ao tratar disso, o semiólogo nos coloca diante da semiologia, com os duplos conjugação com a literatura e nascedouro na linguística. Enquanto a *ciência negativa dos signos*, ela trabalha com o que for impuro na língua e ao mesmo tempo de tudo aquilo que a constitui, a saber, “os desejos, os temores, as caras, as intimidações, as aproximações, as ternuras, os protestos, as desculpas, as agressões, as músicas” (Idem, p. 31). Inclusive, “as narrativas, as imagens, os retratos, as expressões, os idioletos, as paixões, as estruturas que jogam ao mesmo tempo com uma aparência de verossimilhança e com uma incerteza de verdade” (p. 38). Por todas essas razões, a semiologia e a literatura, ao ver de Barthes, conjugam-se, e uma corrige a outra⁸. Assim, se a literatura opera, com base em signos prontos, a semiologia, que *é linguagem sobre as linguagens*, faz com que o signo seja pensado ou repensado.

Em texto anterior, no clássico *Éléments de Sémiologie*, publicado em 1964, pela Éditions du Seuil, Barthes retoma a história da semiologia quando parte da menção de Saussure no CLG, de que existiria uma ciência dos signos sustentada por elementos da linguística, sem que esta, necessariamente, ultrapassasse os limites de seu próprio departamento. Nesse sentido, em seus primórdios, a semiologia, — que tem aparição recente no campo linguístico-científico francês; por volta de 1956 —,

⁸ Mais adiante Barthes vai se referir a uma certa semiologia literária.

detinha a dupla tarefa de, por um lado traçar uma teoria geral da pesquisa semiológica, de outro, construir as chamadas *semióticas particulares*, a serem aplicadas a objetos, nos domínios de seu campo discursivo, tais quais “o vestuário, a alimentação, a cidade, a narrativa, etc.” (BARTHES, 2006, p. 12).

Junto a isso, ele desenvolve uma discussão detida acerca dos conceitos da linguística tomados de empréstimos pela semiologia, resultante numa base geral de oposições binárias: língua/fala, significado/significante, sintagma/sistema, denotação/conotação. Ao se apropriar desses elementos, preciosos à ciência dos signos, Barthes ressalta a sua relevância em ser “a linguagem que questiona continuamente a linguagem” (Idem, p. 8). Dito de outra maneira, implica em pesquisas que buscam demolir as antigas ideologias e teorizar um conjunto de novos saberes, agentes e relações sociais, por meio do diálogo com outras ciências, não apenas a literatura, (estruturalismo, estruturalismo etnológico, psicanálise, filosofia, marxismo e teoria literária), dos quais mobilizam os estudos de Saussure, Lévi-Strauss, Lacan, Derrida, Marx, Althusser, Julia Kristeva, entre outras vozes.

Na *Aula*, ele insiste em afirmar a possibilidade da semiologia auxiliar outras ciências a especificar melhor o seu *corpus* — inclui, aqui, a análise de narrativas, a exegese e a iconologia —. Não por outra razão, a pesquisa semiológica cumpre sua autoria nas dimensões humana, social, histórica, política e filosófica, atuando como uma espécie de *curinga do saber*. Ao ser negativa e ativa, ela não está condicionada à destruição dos signos, mas em tornar o semiólogo um artista: “ele joga com os signos como um logro consciente, cuja fascinação saboreia, quer fazer saborear e compreender” (BARTHES, 2002, p. 37). Em suma, a semiologia seria uma ciência que sabe tão bem “usar o signo como um véu pintado, ou ainda uma ficção” (p. 38).

Cabe ressaltar que, embora por certo evidente para Barthes a filiação entre a linguística e a semiologia, em 1977, ao tratar da noção de signo, no livro *Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental*, com

versão brasileira publicada, em 2007, pela Editora UFMG, o filósofo italiano, Giorgio Agamben situa sua raiz na semiologia moderna, conforme Saussure havia designado: a “ciência que estuda a vida dos signos no âmbito da vida social” (1967, p. 3). É no terceiro capítulo, a saber, “A barreira e a dobra”, que ele empreende sua análise, em direção à falta da tomada de consciência, por parte, da semiologia sobre seu objetivo legítimo.

Para ele, o responsável por essa situação é o CLG, por ter sido aceito como consolidador do projeto semiológico moderno. Diante disso, esclarece que, após a revisão crítica do pensamento saussuriano, essa obra não deve ser considerada a fundadora da semiologia, mas, mote para “seu questionamento radical” (p. 242), e isso rechaça a visão corrente de que a obra situa seu início. Esse determinismo, diz respeito, de forma particular, ao já citado “drama” de Saussure que apareceu pela primeira vez numa carta a Meillet, em 1894, sobre o dissabor frente aos duplos “absoluta inépcia” e contradições da terminologia linguística, reconhecidos enquanto ele estudava “a entonação e o acento em lituano” (AGAMBEN, 2007, p. 242). Um incômodo que não era apenas seu, mas da ciência da linguagem como um todo, no que concerne à possibilidade de encontrar um termo positivo na linguagem.

Considerando o CLG como encerramento da semiologia, Agamben defende a tese de que a inclusão da linguagem, no proceder semiológico, impossibilita o fato linguístico. Essa impossibilidade se estabelece pela dependência recíproca entre a interpretação do significar e a interpretação metafísica da presença. Assim, a fase crítica da semiologia oriunda dessa constatação, visto que “a barreira que separa o significante do significado está aí para mostrar a impossibilidade do signo de produzir-se na plenitude da presença” (p. 246). Logo, isolar a noção do signo resultaria em recair a semiologia na metafísica. Por outro lado, a interpretação do significar provocou a substituição da ciência dos signos pela ciência da escritura (gramatologia), no entanto, este é um assunto para outro momento.

Filosofia

À luz da palestra “O ato de criação”, de 1987, o filósofo francês Gilles Deleuze empreende um instigante debate entre o fazer cinematográfico e o fazer filosófico. Para tanto, elenca alguns questionamentos urgentes para que possamos entender essa disciplina. Em primeiro lugar, ele afirma que não cabe à filosofia refletir sobre tudo ou qualquer assunto. Quem assim pensa, tira tudo dela, visto que não é necessária para produzir reflexão em ninguém. Por exemplo, os cineastas, os críticos de cinema e os cinéfilos seriam os mais indicados para refletir sobre o cinema, e não carecem do auxílio dos filósofos para isso.

Em segundo lugar, a filosofia existe porque consolidou o seu conteúdo próprio. Por ser criativa, como qualquer outra disciplina, ela trabalha em direção a criação ou invenção de conceitos mediante a urgência para que eles sejam produzidos. Assim, a filosofia quando conta histórias, o faz com conceitos. Depois de ter definido o seu conteúdo, consultemos a maneira como alguns filósofos trataram de linguagem, ora histórica, ora literária, e, por esse viés, lançaram luzes sobre o objeto e o método da filosofia. Começemos por Agamben.

Em “Filosofia e experiência: Jean-Claude Milner. Introduction à une Science du langage.”, um dos ensaios de *A potência do pensamento (ensaios e conferências)*, publicado pela primeira vez na Itália, em 2005, o filósofo distingue e compara os objetos da filosofia e da linguística a partir dos pressupostos de Milner. Segundo seu parecer, a filosofia e a linguística partilham de uma história dominada por intercâmbios, encruzilhadas e acidentes. A continuidade desse fluxo de relações resultou na *virada linguística* da filosofia, na contemporaneidade, desenvolvida por intermédio da proposta conceitual de Alexandre Kojève, — contrária ao que postulamos acerca da teoria deleuziana —, a propósito de que seria o discurso que, de bom grado, pode falar sobre tudo, inclusive, do ato da fala. Desde então, ela começou a se voltar para a reflexão sobre a linguagem.

Mas, conforme Agamben (2015), isso não pode significar que ambas disciplinas concorram ao mesmo objeto de estudo. Do mesmo modo, é lúcido verificar que, tanto uma quanto outra, permanece com o conceito de linguagem indeterminado. Tendo chegado a esta constatação, ele parte para seu objetivo particular: analisar a *Introduction* de Milner, publicada em 1989, em busca de esclarecimentos sobre a relação entre a linguística e a filosofia, e seus objetos. Não podendo esgotá-la como poderia fazer o linguista, apenas, analisa alguns aspectos.

Para ele, o advento dessa obra sobre a ciência da linguagem veio num momento em que a linguística já tinha passado por sua fase de glória, enquanto “ciência-piloto” das ciências humanas, e a filosofia cada vez mais enfraquecida, no tocante ao reconhecimento de suas tarefas. Quando discute sobre os *faits primitifs*, apresentados por Milner, os quais a linguística se defronta, sem poder tocá-los, destaca a existência dos *factum loquendi*, *factum linguae* e *factum grammaticae*. A grosso modo, o primeiro significa a existência da linguagem, isto é, “o fato de existirem falantes”; o segundo diz respeito ao fato dos seres humanos falarem uma língua; já o terceiro *factum* sustenta a ideia de que as línguas são descritas em termos de propriedade por meio de gramáticas.

Essa distinção entre os fatos que constituem a linguística é importante para distinguir o seu objeto e o da filosofia:

Se o objeto desta [a linguística] é a língua (entendida como estenograma do *factum linguae*, do *factum linguarum* e do *factum grammaticae*), a filosofia se ocupa, pelo contrário, precisamente do *factum loquendi* que a ciência da linguagem deve limitar-se pressupor. A filosofia é a tentativa de expor esse pressuposto, de tomar consciência do significado do fato que é falar (AGAMBEN, 2015, p. 57).

Pode-se encontrar, nessa citação, uma forma de entendimento sobre a tarefa da linguística (ocupar-se com a língua e suas propriedades gramaticais), e da filosofia (voltar-se para pura existência da linguagem). Assim, conforme as especulações de Agamben, o risco da filosofia

enveredar no processo de busca pela essência da linguagem ou uma gramática filosófica, será, certamente, o fracasso. Portanto, carece a construção experimental de um método específico, visto que elas não dispõem de um instrumento para alcançar seu objetivo.

Se o fundamento de todo método é a ficção, como acreditou Barthes, em sua *Aula*, esta, por sua vez, só é possível através da linguagem. A filosofia, portanto, se apropria do *factum loquendi* para se situar em relação a linguagem e realizar seus experimentos. Nesse sentido, as ressonâncias políticas do pensamento de Achille Mbembe, filósofo camaronês, nos fornece novas epistemologias para a luta cotidiana pela democracia e pelo fortalecimento da prática antirracista, invocando a necessária renovação do pensamento crítico acerca de episódios traumáticos da história do Ocidente.

Em “Necropolítica”, por exemplo, texto publicado na versão original pela Public Culture (2003), com edição brasileira pela revista Arte & Ensaios (2016), ele dá consistência ao conceito de “necropolítica” ao se referir à política da morte, inscrita no funcionamento dos Estados modernos, enquanto palavra de ordem. Sendo que o próprio Estado transfigura-se numa *máquina de guerra* para provocar *terra arrasada*. A fim de articular suas discussões, o filósofo parte das reflexões oriundas do conceito de *biopoder* foucaultiano, discutido na obra *Il faut défendre la société*, (1997), buscando correlacioná-lo com as noções de soberania e estado de exceção, atuantes no controle tanto da mortalidade quanto da definição de quem pode viver, deve morrer ou ser exposto à morte, a partir de inúmeras agressões e atentados aos direitos constitucionais.

Essa linha de raciocínio o leva a aprofundar sua análise baseada em epistemologias caras ao Giorgio Agamben, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Georges Bataille, Enzo Traverso, David Bates, Hannah Arendt, Paul Gilroy, Karl Marx, Stephen Loun, Susan Buck-Morss, Belinda Bozzoli, Frantz Fanon, Eyal Weizman, Zygmunt Bauman, Gilles Deleuze e Félix Guattari e Elias Canetti, com pretensão de responder indagações empíricas e filosóficas, a saber, como procede a política da morte; quem é o algoz;

quem são suas vítimas; se o conceito de *biopoder* contempla a nossa contemporaneidade assassina; e qual é o valor dado a vida, a morte e ao corpo humano na ordem política atual.

A seu ver, um dos fundamentos mais complexos da política da morte é o racismo. Este, se tornou uma tecnologia destinada a permitir o seu exercício, pois regula a distribuição de morte e possibilita as funções assassinas do Estado. Assim, ao realizar uma leitura sobre tal política e sua associação com o trabalho da morte, e a soberania expressa no direito de matar, o conceito de *biopoder* foucaultiano se expande e se atualiza no decurso da modernidade tardia até a contemporaneidade, perpassando a Revolução Francesa, o Nazismo, o Colonialismo, o Apartheid, o genocídio de Ruanda, o Guerra do Golfo, a campanha de Kosovo e o sacrifício dos homens-bomba.

É significativo, neste aspecto, que Mbembe considera o *biopoder* como insuficiente para pensar “nas formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” (p. 146), sendo mais apropriado reconhecer as noções de *necropolítica* e *necropoder* que desnudam as maneiras plurais pelas quais o armamento bélico é acionado pela vontade de destruição massiva, e, conseqüente, invenção dos chamados “mundos de morte” em territórios alheios, provocando a falência do sistema de sobrevivência do *inimigo ficcional*. Essa necessidade de instaurar o caos que envolve táticas e tecnologias de guerra, e, são implantadas na existência social contemporânea, comunicam um terror característico dos Estados escravistas e dos regimes coloniais tardo-modernos. Além disso, a mais recente *guerra infraestrutural*, com ocupação da terra do inimigo e policiamento aéreo, submete populações minoritárias à condição de “mortos-vivos”. A subjugação da vida, pelos grillhões desse tipo de ocupação contemporânea, favorece a sobrevivência sob os moldes de “um certo tipo de loucura”:

[...] estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas

casas apertadas todas as noites desde o anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias; soldados urinando nas cercas, atirando nos tanques de água dos telhados só por diversão, repetindo slogans ofensivos, batendo nas portas frágeis de lata para assustar as crianças, confiscando papéis ou despejando lixo no meio de um bairro residencial; guardas de fronteira chutando uma banca de legumes ou fechando fronteiras sem motivo algum; ossos quebrados; tiroteios e fatalidades (MBEMBE, 2018, p. 146).

Eis o que já é possível observar nas operações da necropolítica. Vale lembrar, que desde os primórdios da fundação dos Estados modernos, ela combina o racismo, homicídio, o extermínio e o suicídio. A soberania, então pode ser vista como terror instaurado no mundo do colonizado — das minorias, de modo geral —, para relegá-los a uma “terceira zona, entre o status de sujeito e objeto” (*Idem*, p. 135). Saber disso nos adverte a renovar nossas forças de resistência, visto que a política da morte, no Brasil, parece guerra sem fim.

A sociedade do cansaço, livro publicado, em 2010, pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, docente da Universidade de Berlim, na Alemanha, soma-se às denúncias feitas por Mbembe, num diálogo com Hannah Arendt, Michel Foucault, Friedrich Nietzsche, etc. O que ele discute evidencia as tantas reconfigurações socioculturais presentes na constituição do sujeito contemporâneo. Registra a visão de que a sociedade atual diverge sobremaneira daquelas que lhe precederam, visto que o século 21 está perpetrado pela intolerância ao outro, e, sobretudo, pela força da predominância neuronal e sua simbiose com patologias psíquicas bem definidas, tais quais a depressão, a ansiedade, o estresse, as mudanças abruptas de humor, a bipolaridade, o transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), a síndrome de burnout, etc.

Estas patologias que atingem a sociedade do cansaço são oriundas do exagero ou da positividade emanado em si mesmo. Surge, nesse

contexto, o sujeito do desempenho que perde sua liberdade, em prol do sucesso, ou visando o bom desempenho de suas funções laborais. A violência, aqui, não estaria concentrada apenas na política de morte orquestrada pelo Estado, mas na violência desenfreada imposta a si mesmo. O resultado para esses indivíduos é o fracasso ou o colapso psíquico.

Neste sentido, o sujeito do desempenho é uma forma de bode expiatório da sociedade contemporânea, cuja subordinação da força física a autoexploração, ultrapassa o perfil da sociedade disciplinar foucaultiana em que se produzia criminosos e loucos. A hierarquia fixa pelo filósofo valoriza a troca de lugares lúgubres como hospitais, prisões, fábricas ou até mesmo manicômios, por shoppings centers, bancos, academias de ginásticas e laboratórios de genética, atuantes no enquadramento comportamental dos sujeitos, a fim de que alcancem o êxito e a satisfação estabelecidos.

Aqui, cada um busca se autodesenvolver para produzir ao máximo, motivado pela sobrecarga no trabalho, ao contrário dos sujeitos da obediência inseridos na sociedade disciplinar. Isto é, “no lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação” (HAN, 2015, p. 24). Não que o sujeito do desempenho seja indisciplinado, trata-se, na verdade, de uma autodisciplina que o faz perder em qualidade de vida. A busca pelo bem-estar cede lugar ao mero sobreviver, sem espaço para o descanso, e, assim, ele acredita que está a caminho da realização pessoal.

Mas os indivíduos que se submetem às coerções do desempenho deixam mobilizar-se pelo horizonte de êxitos pessoais que, por sua vez, governa a teia rentável do mercado capitalista neoliberal. Se tomarmos essa informação como verdadeira, “o explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos” (HAN, 2015, p. 42).

Além disso, muito frequentemente, optam pelas multitarefas, um uma tendência adquirida desde a infância para manter-se ativo e

preparados para o futuro. Entretanto, conforme analisa Han (2015), este método proativo representa um retrocesso: “a multitarefa está amplamente disseminada entre os animais em estado selvagem. Trata-se de uma técnica de atenção, indispensável para sobreviver na vida selvagem” (p. 18). Dessa maneira, como tentativa de manter a atenção voltada para uma série de tarefas simultâneas, o homem ativa o modo selvagem semelhante a um animal que precisa empenhar esforços grandiosos para obter alimento ou esquivar-se dos predadores.

Além disso, a multitarefa gera um tipo de atenção rasa, característica do emaranhado de tarefas empenhadas ao mesmo tempo. Isto rouba o espaço do tédio, importante elemento de ordem criativa que serve para permitir a capacidade contemplativa. Dito de outra forma, se a atenção do indivíduo é dividida, sobremaneira, seu olhar mais profundo e reflexivo sobre algo se torna inexistente. Nesse contexto, o filósofo cita o conceito de *vita activa*, de Hannah Arendt, segundo a qual todas as ações do sujeito dizem respeito ao universo laboral, tornando-o um animal *laborans* incorrigível. No entanto, essa visão totalizante é rechaçada, visto que ele não percebe o homem do desempenho desapegado do seu ego e individualismo para entregar-se ao trabalho. Pelo contrário, ele é tão movido pelo ego que dilacera-se perante as multitarefas e a neurose.

O caso de Bartleby, personagem de Herman Melville (1853), discutido com maestria por Gilles Deleuze, Giorgio Agamben, Jacques Rancière, entre outros, ilustra bem o modelo de *animal laborans*. Ao citá-lo, Han (2015) destaca o ambiente desumano em que essa história de Wall Street, nos Estados Unidos, é descrita, sendo que todos os empregados do advogado sofrem de distúrbios neuróticos, inclusive, ele quando não consegue compreender Bartleby. Nippers (sofre de indigestão pela manhã, mas fica melhor à tarde) e Turkey (é normal pela manhã, e se embriaga pela tarde). Diferente dos dois, Bartleby é um escrevente magro e lívido, sem referência alguma, que fazia cópias dos documentos legais do escritório, de maneira concentrada e mecânica, entre uma parede e um biombo verde. Buscava não proferir palavra alguma com os demais colegas. Depois de um certo tempo, começou a recusar qualquer pedido

do patrão que destoasse do trabalho de escriturário para qual foi contratado, até passar o dia inteiro olhando para parede com foco no vazio.

Han acredita que o seu final trágico, — morte na prisão em isolamento social e solidão profunda —, faz referência à sociedade disciplinar:

Ele representa ainda um sujeito de obediência. Ele ainda não desenvolve sintomas daquela depressão que é uma marca característica da sociedade do desempenho pós-moderna. Os sentimentos de insuficiência e de inferioridade ou de angústia frente ao fracasso ainda não fazem parte da economia dos sentimentos de Bartleby. Ele não conhece autoacusações e autoagressões constantes. Ele não se vê confrontado com aquele imperativo de ter de ser ele mesmo, que marca a sociedade de desempenho pós-moderna. Bartleby não fracassa no projeto de ser eu (HAN, 2015, p. 33).

Embora a análise de Han seja pertinente para o desenvolvimento de sua análise, e a nossa percepção de signos linguístico-literários numa obra filosófica, não poderia deixar de ressaltar a potência desse personagem. Ao contrário da visão negativa permeada pela “falta de iniciativa e a apatia pela qual Bartleby acaba inclusive sucumbindo” (p. 32), as suas atitudes frente a exploração laboral o tornou uma potência, como quer Agamben, e por sinal uma teoria descartada por Han. A sua fórmula *Il would prefer not to*, com tantas variantes, subsiste sempre a qualquer pedido do patrão: “prefiro calar-me”, “preferiria não ser um pouco razoável”, “preferiria não aceitar uma função de escriturário”, “preferiria fazer outra coisa”, etc. Ela esvazia o sentido de vontade e necessidade, tornando-se uma potência absoluta.

No lugar de cumprir as ordens, ele preferia não fazer nada, e isto destrói qualquer relação entre o poder e o fazer algo. Não se sabe se ele queria, realmente, ou não cumprir/descumprir o que lhe foi imposto, e a potência está aí. Com efeito, ele não aceita nem rejeita as propostas e os

encargos proferidos pelo advogado, apenas, prefere não fazer. Essa indiscernibilidade ou certo *modus operandi* coloca-o no *status* de um ser superior, um deus supremo sob o qual o poder supera qualquer necessidade e vontade dos outros.

Em “Bartleby, ou a fórmula”, um dos capítulos de *Crítica e Clínica*, com publicação em 1993, Gilles Deleuze oferece outra tendência literária-filosófica da potência indeterminada da fórmula. Conforme sua análise, Bartleby ganhou o direito de sobreviver, de pé, a contemplar uma parede cega, pois PREFERIRIA NÃO ser trucidado no trabalho. Todos no escritório queriam que ele respondesse “sim” ou “não”, ao invés de preferir não fazer nada a algo que lhe pediam. Se ele respondesse “sim”, seria vencido, considerado inútil, e digno de ser esmagado. A medida em que a fórmula se ramifica e irradia no escritório, aumenta a loucura e a paixão do advogado, não a de Bartleby, com suas propostas e condutas cada vez mais estranhas. Logo, o patrão que era estranho para não usar o termo louco.

Deleuze chega à conclusão de que a literatura americana produzida por Melville comunga com aquilo que Kafka diz da literatura menor, visto que apresenta os três elementos primordiais: desterritorialização da linguagem, enunciação coletiva de um povo e o imediato político. Assim, apesar de Bartleby apresentar a perturbação psicomotora, não deve ser considerado doente, mas o médico da América adoecida. Dessa forma, ele é “o novo Cristo ou o irmão de todos nós” (DELEUZE, 1997, p. 103). Por essas razões, Bartleby não seria um fracassado, aterrorizado pela sociedade disciplinar. Pelo contrário, ele que assustou e mudou a ordem das coisas, com sua potência incompreendida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se for aceito que o perfil do (a) Doutor (a) em Crítica Cultural se baseia em processos criativos, poderia ser tentada a concluir pelo menos dois limites: o jogo (lê-se a ação de jogar com os signos) e os jogos de esclarecimentos, — em alusão ao conceito defendido por Peter Sloterdijk

(2000)⁹ —, desde que os procedimentos epistemológicos sejam situados no campo linguístico-literário. Assim entendido, o método de jogo, conforme pensou Barthes (2002), envolve a trapaça com a língua, buscando aliar a função estética, com a crítica incisiva das ideologias dominantes; no nosso caso, oriundas tanto da metafísica ocidental quanto da geopolítica e política de Estado. A fonte de garantia desse tipo de trabalho transgressor é o acesso aos conceitos caros às várias disciplinas das ciências humanas e sociais (a antropologia, por exemplo). Isso significa pensar no que o Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos denominou de *platô crítico cultural*, ao tratar da multiplicidade enquanto parâmetro de trabalho do (a) crítico (a) cultural, conforme algo que:

Estimule a pesquisa e o trabalho político relativos à repercussão da descoberta do signo linguístico-literário nas ciências humanas, seus impactos epistemológicos, suas viradas linguístico literárias, suas novas descobertas e seus rebatimentos, em contrapartida, nos estudos de língua e literatura, para, em conjunto e coletivamente, se reinventar, sobretudo na periferia capitalista, o sentido de democracia e abrir possibilidades para a prática efetiva da cidadania cultural (SANTOS, 2019, p. 12).

Santos (2019) é ainda mais categórico em explicar que os critérios para a pesquisa em crítica cultural não permitem fixar fronteiras entre a linguística e a literatura, e, além, disso, com outras áreas de conhecimento, desde que tenham realizado viradas críticas. Foi o que demonstrei a partir da análise de alguns textos que fizeram parte da referência do processo seletivo 2019-2020 para o Curso de Doutorado, de modo a evidenciar signos linguístico-literários neles impressos e reflexões críticas do campo de filiação do autor. Essa operação demonstra que, ao invocar o interesse estratégico, pela via criativa, o (a) candidato (a) a Doutor (a) tem a liberdade de acessar um vasto acervo de conceitos para

⁹ Sobre o uso deste conceito, Sloterdijk (2002, p. 117) afirma que “somente pela provocação surgem ocasiões para não nos deixarmos afundar ainda mais”. Isso nos leva a pensar que, se o método do jogo for conjugado aos jogos de esclarecimento, poderemos reunir ferramentas contra toda sorte de barbárie.

compor seu método de trabalho, ao lado da imprescindível inserção da pesquisa no campo linguístico-literário.

Seria possível, entretanto, enveredar pela empolgação cega por conceitos de outras disciplinas. Na confusão, a força se dividiria, e certos processos criativos absurdos acabariam sendo empecilhos para o avanço da pesquisa dentro da crítica cultural. Deste ponto de vista, o ideal é não se esquecer de que a criatividade também pode tirar o coração da rota. Daí, para um trabalho eficaz, deve-se submetê-lo a uma dupla exigência: por um lado, fazer uma leitura do objeto sob o crivo da descoberta de signos linguístico-literários, em textos de vários campos do conhecimento, visto que, eles permitem observar links fronteiriços. Por outro lado, servir-se da potência interdisciplinar dos campos linguístico-literário associados, reinventando-os, “para a prática efetiva da cidadania cultural” (SANTOS, 2019, p. 12).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. A barreira e a dobra. In: AGAMBEN, Giorgio. *Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Trad. Selvino José Assmann. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *Bartleby, escrita da potência*. Trad. Manuel Rodrigues e Pedro. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993.

AGAMBEN, Giorgio. Filosofia experiência: Jean-Claude Milner: Introduction à une science du langage. In: AGAMBEN, Giorgio. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Trad. Antonio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BARTHES, Roland. *Aula* [1977]. Trad. e posfácio Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2002.

BARTHES, Roland. *Éléments de sémiologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1964.

BENVENISTE, Emile. Saussure após meio século. In: BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.

BOUQUET, Simon. Après un siècle, les manuscrits de Saussure reviennent bouleverser la linguistique. *Texto!* juin 2005 [en ligne]. Disponible sur: http://www.revue-texto.net/Saussure/Sur_Saussure/Bouquet_Apres.html. L'accès: 11 jun. 2020.

COSTA, Maria Iraci Sousa. Saussure após um século: a problemática do objeto da linguística. *Fragmentum*. Santa Maria: Editora Programa de Pós-Graduação em Letras, n. 41. abr./Jun. 2014.

DELEUZE, Gilles. Bartleby, ou a fórmula. In: DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles O ato de criação. Trad. José Marcos Macedo. *Folha de São Paulo*, jun 27, 1999.

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEILLET, Antoine. *Linguistique histoire et linguistique general*. v. II, Paris, 1952.

MELVILLE, Herman. *Bartleby, o escrevente: uma história de Wall Street*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTOS, Osmar Moreira. Platô de crítica cultural na Bahia: por um roteiro de trabalho científico transgressor. In: *40 anos do GELNE*, 2019.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Ed. Crítica de R. Engler. Wiesbaden, 1967, p. 3.

SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.